

Avaliação Social

Data

18 de Dezembro de 2018

Subvenção CEPF 104238

ActionAid Brasil

***Atuação em Rede e Participação Social pela Conservação do
Cerrado***

Corredor Mirador-Mesas

Sul do Maranhão e Norte do Tocantins

Resumo da Subvenção

1. Organização do beneficiário

ActionAid Brasil

2. Nome da subvenção.

Atuação em Rede e Participação Social pela Conservação do Cerrado

3. Número da subvenção.

CEPF-104238

4. Valor da subvenção (Dólares americanos).

US\$ 162,453.96

5. Datas propostas para a subvenção

Fevereiro 2019 – Dezembro 2020

6. Países ou territórios onde o projeto será realizado.

O projeto será executado no Brasil, no *Hotspot* Cerrado, corredor Mirador-Mesas, nos estados do Maranhão e Piauí nas KBAs MA38, MA44, MA01 e PI28. A partir do conjunto de 10 municípios (Gilbués, Santa Filomena, Bom Jesus, Balsas, São Raimundo das Mangabeiras, Loreto, Carolina, Riachão, Babaçulândia e Wanderlândia) serão selecionados 5 municípios que melhor se alinham com as estratégias da Campanha Nacional pela Defesa do Cerrado

7. Data de preparação do presente documento

21 de novembro de 2018 revisado em 17 de dezembro de 2018.

8. Povos Indígenas Afetados

O projeto foca em comunidades tradicionais (remanescentes de quilombos, quebradeiras de coco babaçu, brejeiros, ribeirinhos, vazanteiros, pescadores, etc.), os quais em boa parte dos casos não possuem a titularidade coletiva das terras que tradicionalmente ocupam. Há também, na área de abrangência do projeto, presença de assentados de reforma agrária. Em geral, a estratégia de sobrevivência econômica, social e cultural dessas comunidades depende da produção agrícola para autoconsumo, da coleta de frutos do Cerrado, plantas medicinais e flores, bem como a criação de pequenos animais.

O público alvo desse projeto enquadra-se no Decreto no 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que em seu artigo primeiro alínea I, define povos e comunidades tradicionais como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Existe um déficit de informações sobre as populações tradicionais que habitam o Cerrado além das populações indígenas. O Perfil do Ecossistema *Hotspot* de Biodiversidade do Cerrado (CEPF, 2017) considera que as populações tradicionais do Cerrado são difíceis de serem contabilizadas, e cita que existem pelo menos 5 tipos de comunidades tradicionais ocupando os seus remanescentes florestais.

Os aspectos de herança cultural, sobretudo das estratégias de sobrevivência e resiliência das comunidades que habitam essa região, coloca as práticas agroextrativistas como uma característica comum bastante visível em todas as comunidades, inclusive naquelas visitadas pela ActionAid como parte de sua atuação no bioma Cerrado. As práticas agroextrativistas envolvem uma agricultura voltada ao autoconsumo (na base de sistemas agroecológicos), criação de pequenos animais, a coleta e comercialização de frutos como o bacuri (*Platonia sp*), pequi (*Caryocar sp*), fibras, frutos e caule de buriti (*Mauritia sp*), babaçu (*Orbignya sp*) além de fava d'anta (*Dimorphandra mollis*) e folhas de jaborandi (*Piper sp*) que são destinadas para a indústria farmacêutica para o fabrico de medicamentos, bem como outras espécies da farmacopeia popular tradicionalmente utilizada por essas populações.

As comunidades tradicionais do Cerrado desenvolveram modos de vida completamente entranhados na relação com o bioma, de forma que suas atividades econômicas e sistemas de produção são relevantes não apenas para garantir a sua reprodução econômica, social e cultural, mas para a preservação de importantes serviços ecossistêmicos relevantes para toda a sociedade e para a regulação climática global. Existem evidências que mostram que as áreas ocupadas por comunidades tradicionais, como as acima mencionadas, tem uma preservação da mata nativa muito acima dos padrões exigidos pelo Código Florestal brasileiro, por exemplo, o que também é verificável empiricamente¹; a preservação das matas nativas permite que as bacias hidrográficas sejam protegidas, o controle da erosão do solo, o sequestro de carbono, dentre outros; ao mesmo tempo, essas matas fornecem madeira, fibras, alimentos e substâncias medicinais, sendo que as comunidades do Cerrado dispõem de uma sofisticada farmacopeia. As matas preservadas, também, purificam a água, regulam o clima e produzem recursos genéticos úteis para os mais diversos fins e valiosos em si mesmos, ao serem sustento de inúmeras formas de vida, assim como da sociedade humana.

9. Resumo do projeto

O projeto proposto pela ActionAid Brasil (AABR) emerge no âmbito da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado. Foca na garantia dos direitos territoriais das comunidades tradicionais e isso envolve o direito à posse da terra, a gestão de seus territórios e recursos neles embutidos enquanto condições fundamentais para a reprodução social, econômica e cultural das essas comunidades. A AABR (i) considera que as comunidades tradicionais do Cerrado possuem papel efetivo na conservação desses espaços naturais; (ii) considera que os locais institucionais são estratégicos para a defesa dos direitos territoriais dessas comunidades; (iii) considera que a expansão agrícola,

¹ Em Seminário recente, convocado pelo Ministério Público Federal (Brasília, agosto de 2018) representante do Serviço Florestal Brasileiro afirmou que os Povos e Comunidades Tradicionais (PTCs) são realmente os guardiões das florestas, pois evidenciou-se, no Norte do país, um índice de preservação de cerca de 75% em seus territórios, índice muito acima da média da região, como resultado da análise dos dados do Módulo de PCTs no Cadastro Ambiental Rural.

no âmbito do MATOPIBA (e, em geral, no bioma Cerrado), ameaça os direitos territoriais das comunidades tradicionais e põe em questão a conservação dos remanescentes de vegetação natural e um conjunto de serviços ecossistêmicos associados a essa áreas e; (iii) observa que há uma grande lacuna de participação qualificada das lideranças das comunidades tradicionais nos locais institucionais (fóruns e conselhos de governança), o que compromete a visibilidade e defesa efetiva de seus direitos nas estruturas de governança nos níveis municipal e estadual.

A reduzida participação das lideranças de comunidades tradicionais nos locais institucionais é o problema central que será tratado pelo presente projeto e o público alvo do projeto serão as lideranças comunitárias com diferentes níveis de inserção na agenda de defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Para responder adequadamente a esse problema, o projeto está estruturado em três componentes, são eles: (i) pesquisa, (ii) desenvolvimento de capacidades e participação e (iii) comunicação.

Dessa forma, o projeto fortalecerá uma rede de organizações da sociedade civil, que é a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, visando aprimorar as competências das organizações participantes e das lideranças comunitárias articuladas por meio da Campanha para participar de fóruns relevantes e atuarem na defesa do bioma. Da mesma forma, fortalecerá a capacidade de participação de ao menos 100 lideranças comunitárias em fóruns e conselhos de governança, como já mencionado. O projeto contribuirá com a ampliação das habilidades institucionais e técnicas de ao menos 20 organizações da sociedade civil.

10. Impacto previstos:

Os impactos do projeto de curto e longo prazo foram definidos a partir de seu potencial de capilaridade no âmbito da Campanha Nacional de Defesa do Cerrado que, como consequência eleva o seu potencial de desenvolver ações locais com projeção e incidência amplificadas em termos de magnitude e abrangência, além do local. Dessa forma, a implementação do projeto gerará mudanças efetivas na densidade e efetividade com que as lideranças das comunidades tradicionais ocupam os locais institucionais.

Os impactos indicados acima refletem a interação das mudanças que esse projeto proporcionará e da sinergia destas com ações futuras e coordenadas que ocorrerão no âmbito da Campanha.

Impactos de Curto Prazo

- Pelo menos 100 lideranças comunitárias e 20 organizações comunitárias atuam em fóruns e conselhos de governança, com capacidade de participação fortalecida e que utilizam conhecimento gerado e sistematizado pelo projeto como ferramenta estratégica nos locais institucionais;
- Pelo menos 20 organizações da sociedade civil com a ampliação das habilidades institucionais e técnicas em termos qualitativo e quantitativo;
- Ao menos 8 peças de comunicação produzidas sobre o Cerrado, seus povos e sua importância para água, biodiversidade e outros serviços ecossistêmicos e para a

adaptação às mudanças climáticas, a serem veiculadas de forma impressa e/ou nas mídias sociais.

Impactos de Longo Prazo

- Uma rede de organizações da sociedade civil, que é a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, fortalecida graças às melhores competências das organizações participantes e das lideranças comunitárias para participar de fóruns relevantes e atuarem na defesa do bioma e seus modos de vida nos níveis local e estadual.
- Todos os 10 municípios que compõem o corredor Mirador-Mesas possuem representações de povos e comunidades tradicionais nos lugares institucionais qualificadas para a defesa do Cerrado e seus modos de vida.
- Pelo menos 50 lideranças comunitárias participam de locais institucionais no desenho, monitoria e avaliação de políticas públicas nos níveis federal e estadual que impactam a regularização fundiária de seus territórios e o uso sustentável dos recursos naturais do Cerrado;
- Práticas de manejo dos recursos naturais das comunidades nos 10 municípios apoiados pelo projeto ampliam a capacidade de resiliência dos ecossistemas presentes.

Risco do Projeto

Já o risco indicado reflete, infelizmente, as consequências diretas de conflitos relacionados a questões fundiárias e de acesso a recursos que ocorrem no Brasil e em outros países em desenvolvimento onde a expansão da fronteira agrícola ameaça direitos territoriais de comunidades tradicionais, agricultores familiares e posseiros que não detêm a titularidade da terra (seja esta individual ou coletiva), ou seja, as diferentes formas de apropriação centenariamente desenvolvidas não são legalmente reconhecidas o que abre uma oportunidade para grileiros que sempre acompanham essas áreas de expansão e para grandes empresas e fundos de investimento interessados na aquisição de terras para a formação de fazendas, produção e exportação de *commodities* como soja.

- Em situação de tensão ou conflito fundiário, o protagonismo das lideranças poderá sofrer ataques contra sua segurança;
- As lideranças e ativistas envolvidas na implementação das atividades poderão sofrer diversas formas de intimidação, coação ou ameaça.

11. Preparação Participativa

O conceito dessa ação nasce durante a Caravana MATOPIBA e ganha corpo no âmbito da Campanha Nacional pela Defesa do Cerrado. A Caravana MATOPIBA ocorreu no sul do Piauí no período de 3 a 15 de setembro de 2017, sendo esse o período em que a AABR inicia seu vínculo com o público alvo do projeto. A Caravana foi composta por especialistas em direitos humanos e em desenvolvimento rural e teve como principal objetivo verificar *in loco* os indícios de grilagem de terras por empresas nacionais e estrangeiras e as consequentes violações de direitos humanos.

Essa Caravana foi composta por organizações nacionais e internacionais de grande relevo na defesa dos direitos humanos, entre elas podemos citar a Action Aid Brasil, Action Aid USA, FIAN Brasil, FIAN Internacional, FIOCRUZ, Comissão Pastoral da Terra, Cáritas Brasileira, representantes da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado e outras (mais informações em <http://fianbrasil.org.br/caravana-matopiba-danos-humanos-e-ambientais-sao-alarmantes/>).

A Caravana identificou, junto a comunidades rurais - por meio de reuniões, entrevistas e consultas públicas - evidências concretas de altos níveis de poluição agroquímica, diminuição dos recursos naturais, bem como impacto significativo sobre a saúde das comunidades tradicionais, resultado do monocultivo da soja, e as consequências evidentes em termos de perda de territórios e ameaças aos modos de vida.

Além da visibilidade dos impactos negativos da ação dos fundos de pensão que investem no MATOPIBA, a Caravana teve dois importantes desdobramentos. Por uma parte, a ActionAid Brasil, a partir da relevância das evidências do quadro de violação dos direitos humanos e do processo de mobilização social que ganha força a partir da Caravana, articula com parceiros-chaves dentro da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, o conceito e as ações estratégicas que dão corpo ao presente projeto no marco da chamada do CEPF.

Mais recentemente, desde fevereiro-março de 2018, verifica-se a criação de um coletivo de comunidades tradicionais do Sul do Piauí que emerge com força na interlocução com o Banco Mundial dialogando sobre os impactos negativos do processo de expansão da fronteira agrícola nessa região, sobretudo em relação à regularização fundiária e com apoio de organizações como a CPT, a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, FIAN e a própria ActionAid, as quais são contrapartes nesse projeto.

Isso implica sublinhar que a presente proposta, embora não tenha sido primariamente discutida com as lideranças comunitárias dos municípios alvos, possui forte lastro na leitura dos resultados e prioridades de ação apontadas durante a Caravana. Também é importante citar que esse projeto se configura como um novo direcionamento estratégico da proponente no que concerne os direitos territoriais e estratégias de resiliência/adaptação de comunidades tradicionais do Cerrado brasileiro.

Nesse sentido, a perspectiva de participação na construção da proposta, segundo estratégia da AABR, está organizada em três momentos. O primeiro momento de construção do conceito e da ação estratégica contou com a estreita colaboração de parceiros estratégicos dentro da rede Campanha Nacional em Defesa do Cerrado (ex. FIAN Brasil, Comissão Pastoral da Terra, ISPN e Rede Social e Direitos Humanos). É importante destacar, aqui, que todas as entidades que serão parceiras na implementação do projeto (os nomes delas constam devidamente na plataforma on-line), manifestaram por escrito sua decisão de participar do desenho e construção das atividades. A ActionAid solicitou essas cartas de apoio em outubro de 2018, durante a fase inicial de revisão da presente proposta.

O segundo momento, que terá início com a implementação do projeto, será chancelado pelas organizações parceiras desse projeto que já possuem ações efetivas junto às comunidades tradicionais na área de abrangência do projeto (ex. FIAN Brasil, Comissão Pastoral da Terra, e

Rede Social e Direitos Humanos) que facilitarão a entrada da AABR no território. Esse segundo momento será marcado pela realização de uma reunião com todas as contrapartes do projeto e com representantes das comunidades, que servirá para definir um conjunto de valores, princípios e acordos de governança que orientarão os diferentes papéis e responsabilidades dos envolvidos (AABR, parceiros e comunidades) para que o projeto gere seus resultados de curto e longo prazo. Essa será a primeira ação do projeto e esperamos que as comunidades venham manifestar sua aderência ao projeto, seguindo o princípio do consentimento livre, prévio e informado. Essa reunião está programada para o mês de fevereiro de 2019 e será a primeira atividade efetiva do projeto.

Sobre as parcerias desse projeto, é importante citar que a relação da ActionAid Brasil com a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado iniciou em janeiro de 2016. Contudo, a parceria com as organizações que assinam compromisso com essa ação é de longa data, como é o caso, por exemplo, da FIAN Brasil, Rede Social e CPT, com as quais temos relações e temos desenvolvido projetos juntos em outras oportunidades.

O terceiro momento será marcado pela participação das comunidades nos processos de monitoria, avaliação, sistematização das lições e aprendizagens, como também construção da estratégia de continuidade dos esforços uma vez terminado o projeto.

12. Medidas de Mitigação:

- a) Monitoria das tensões sociais – A AABR e seus parceiros monitorarão a existência e gravidade de eventuais tensões que ocorram na área de abrangência do projeto.
- b) Protocolo de segurança: Será montado protocolo de segurança que será acionado caso sejam identificadas tensões ou conflitos de elevada importância envolvendo as lideranças que atuam diretamente na luta pelos direitos territoriais dos povos tradicionais, ou mesmo a segurança da equipe do projeto.
 - a. Nesse protocolo serão definidos o endereçamento de denúncias, por exemplo;
 - b. Mecanismos de proteção a lideranças e ativistas envolvidos na implementação do projeto. Em caso de necessidade, estabeleceremos contato para obter assessoria de organizações que trabalham com proteção de defensores/as para uma avaliação de risco e elaboração de protocolos de segurança específicos para cada situação, com as quais já temos contato via a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado.

13. Monitoramento e Avaliação:

O sistema de monitoria e avaliação do projeto possui duas perspectivas. A primeira é a do monitoramento dos *outputs*, e a segunda perspectiva de monitoramento incidirá sobre os resultados de curto prazo (impactos de curto prazo). Essas duas perspectivas acontecerão durante o período de execução do projeto. Já o impacto de longo prazo será objeto de acompanhamento da Campanha Nacional, por meio dos desdobramentos desse projeto.

Monitoramento dos *outputs*:

- As principais ferramentas para esse processo serão o cronograma físico e financeiros, bem como os relatórios de atividades que descreverão o momento e a qualidade das entregas realizadas pelo projeto;
- No caso das oficinas de formação, também será feito o monitoramento da qualidade por meio de fichas de avaliação de satisfação dos beneficiários;
- O processo de avaliação dos *outputs* possui um caráter gerencial e ocorrerá trimestralmente, envolvendo a equipe da AABR e parceiros envolvidos na execução do projeto.

Monitoramento dos impactos de curto prazo

- O monitoramento dos impactos será realizado por meio de questionários semiestruturados que serão aplicados ao final do segundo ano de execução do projeto;
- Os questionários serão voltados para captar a dinâmica e desempenho das lideranças nos locais institucionais ocupados;
- O monitoramento anual contribuirá para reflexões sobre o planejamento do ano seguinte, como forma de corrigir eventuais desvios do projeto em relação a expectativa em termos de impacto;
- Os questionários subsidiarão reflexões, debates e proposições de desdobramento durante o seminário de encerramento do projeto;
- A avaliação dos impactos de curto prazo ocorrerá anualmente e terá como subsídio os resultados do monitoramento dos *outputs* e monitoramento dos impactos. Esse processo de avaliação envolverá AABR, parceiros de execução do projeto, beneficiários do projeto e atores ligados aos locais institucionais, quando for considerado relevante;
- Já o monitoramento dos impactos de longo prazo ocorrerá dentro da dinâmica da Campanha Nacional pela Defesa do Cerrado, onde a sua avaliação deverá ocorrer a partir do encerramento do presente projeto (a partir de janeiro de 2021).
- Especificamente em relação ao impacto “Práticas de manejo dos recursos naturais das comunidades nos 10 municípios apoiados pelo projeto ampliam a capacidade de resiliência dos ecossistemas presentes”, o monitoramento terá como base os indicadores que serão gerados pela pesquisa com foco na resiliência e capacidade de adaptação das comunidades alvos. Esses indicadores serão a base para o desdobramento do projeto no que se refere a gestão territorial e uso dos recursos naturais do Cerrado. Em termos objetivos, após a finalização desse primeiro ciclo, os processos de monitoria e avaliação ocorrerão dentro da dinâmica da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado.

14. Mecanismo de Reclamação

Vamos compartilhar todas as reclamações - e uma proposta de resposta - com a Equipe de Implementação Regional e o Diretor de Concessões do CEPF dentro de 15 dias. Se os requerentes não estiverem satisfeitos após a resposta, eles podem enviar a reclamação diretamente ao Diretor Executivo do CEPF em cepfexecutive@conservation.org ou pelo correio. Se os requerentes não estiverem satisfeitos com a resposta do Diretor Executivo do CEPF, eles podem enviar a reclamação ao Banco Mundial no seu escritório local. Dessa forma, o mecanismo de reclamação envolve:

- O escopo do projeto será apresentado na primeira reunião com parceiros e comunidades para definir a orientação e implementação conjunta das atividades;

- O escopo do projeto será apresentado nas atividades nos municípios selecionados;
- Nessas instâncias, será distribuído um kit com todas as informações relevantes sobre o projeto, como também descreverá os meios e procedimentos que orientarão as comunidades locais e outras partes interessadas à realização de eventuais reclamações junto ao beneficiário, a Equipe de Implementação Regional relevante, o Secretaria do CEPF ou o Banco Mundial. Esse kit também descreverá os procedimentos que serão adotados para dar respostas aos reclamantes;
- Todo o material de divulgação do projeto, bem como as publicações previstas, descreverão os meios e procedimentos para que as reclamações sejam feitas, como também descreverão os procedimentos que serão adotados para dar resposta aos reclamantes;
- Comunicação dirigida para as autoridades dando as informações relevantes sobre o projeto;

Serão divulgadas as seguintes informações:

- Nome do projeto: Atuação em Rede e Participação Social pela Conservação do Cerrado;
- Objetivo do projeto:
- Resultados de curto prazo:
- Organização Executora e Parceiros:
- Apoio Financeiro: Critical Ecosystem Partnership Fund.
- Período de Execução: Fevereiro de 2019 a Dezembro de 2020.
Em caso de reclamação, contactar primeiro:
- ActionAid Brasil, Telefone: +55 (21) 2189-4603 e-mail: gerardo.cerdas@actionaid.org.br
- Tempo de resposta: máximo de 10 dias.
Não havendo resposta ou resposta não satisfatória, contactar
- Equipe de Implementação Regional do CEPF: cepfCerrado@iieb.org.br, +55 (61) 3248-7449 e o Diretor Executivo do CEPF: cepfexecutive@conservation.org
- Não havendo resposta ou resposta não satisfatória, contactar
Escritório do Banco Mundial no Brasil: informacao@worldbank.org, +55 (61) 3329-1000.